INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

SERVIÇO SOCIAL

ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NA RESIDÊNCIA INCLUSIVA DE FOZ DO IGUAÇU-PR: UMA EXPERIÊNCIA A PARTIR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO.

MAX HENRY JUNIOR PIERRE VINCENT

Foz do Iguaçu
2024

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

SERVIÇO SOCIAL

ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NA RESIDÊNCIA INCLUSIVA DE FOZ DO IGUAÇU-PR: UMA EXPERIÊNCIA A PARTIR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO.

MAX HENRY JUNIOR PIERRE VINCENT

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Oliveira Silva de Fernández.

Foz do Iguaçu
2024

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

MAX HENRY JUNIOR PIERRE VINCENT

ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NA RESIDÊNCIA INCLUSIVA DE FOZ DO IGUAÇU-PR: UMA EXPERIÊNCIA A PARTIR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

_____
Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Oliveira Silva de Fernández
UNILA

_____
Profa. Dra. Edina Mayer Vergara
UNILA

_____
Profa. Me. Elmides Maria Araldi
UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de 2024.

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

Dedico este trabalho ao meu pai, Henry Max Pierre Vincent, à minha mãe Marie Cécile Licilia Monestime (in memoriam), aos meus irmãos, irmãs, amigos e às (os) membros da CVX do Brasil, que me apoiaram ao longo da jornada.

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus Todo-Poderoso e a todos que contribuíram para a realização deste trabalho. Em especial, à minha orientadora Dra. Ana Paula Oliveira Silva de Fernández, por sua orientação ética; às professoras Dra. Edina Vegara e Me. Elmides Maria Araldi, pela participação na banca; e à minha supervisora de campo de estágio, Assistente Social Tatiana Da Silva Lopes.

Expresso também minha gratidão aos professores Dr. Alex Toledo, Dra. Cristiane Sander, Me. Jérôme Paul Eddy Lacoste (FASCH do Haiti) e Sra. Thérése Pierre Louis Dupérat (Escola Des Frères FIC de Port-de-Paix).

Sou profundamente grato aos meus familiares: meu pai, Henry Max Pierre Vincent; Julner Fertil, Wilmax Pierre Vincent, Marie Lucie Pierre Vincent, Yverose Pierre Vincent, Frederick Pierre Vincent, Ery Pierre, Dayana Joseph, Julienne Fertil Stephanie Fertil e Martine Paul L.

Agradeço, igualmente, à Comunidade de Vida Cristã (CVX) Nossa Senhora da Estrada de Campinas e aos amigos Eddy Clesca Luberisse, David Claude Noel, Sra. Jean Claude Noel, Richie Luberisse, Ricardo Luberisse, Frazier Melano Nestor, Professor Plínio Barbosa, Normil Ronald, Alexandre Sidney, Verra Barbosa, Berno Logis, Billy Jacotin, Dra. Judeline D Maignant e Patrick Maignant.

Agradeço à Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) pela oportunidade de cursar uma universidade pública no Brasil e pelo acompanhamento digno e humano oferecido aos alunos haitianos. Agradeço também ao Professor Said Bergheul, da Université du Québec em Abitibi-Témiscamingue (UQAT).

Por fim, sou grato aos colegas Felipe Gonçalves, Márcia Alves de Souza e Lourdes Aquino Echeguren pelo apoio durante minha formação.

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

RESUMO

Neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tratamos sobre a atuação do Serviço Social no Serviço de Residência Inclusiva. O interesse por esta temática está relacionado com o Estágio Obrigatório em Serviço Social, realizado na Residência Inclusiva de Foz do Iguaçu/PR. O objetivo geral do presente TCC foi caracterizar a atuação do (a) assistente social na Residência Inclusiva em Foz do Iguaçu/PR. Para tanto, analisamos a trajetória da Política de Assistência Social no Brasil e abordamos os serviços de proteção social especial de média e alta complexidade, no qual se encontra a Residência Inclusiva. Explicitamos a atuação do (a) assistente social na Política de Assistência Social, evidenciando sua instrumentalidade na sociedade capitalista para finalmente discutirmos os desafios e potencialidades na atuação do assistente social na Residência Inclusiva com foco na análise do Plano de Organização do Cotidiano (POC), bem como a experiência e percepções do estagiário durante o estágio, por meio das folhas de acompanhamento e das atividades do estágio. A metodologia utilizada refere-se á pesquisa bibliográfica, á pesquisa documental e á observação participante a partir do Estágio Obrigatório em Serviço Social.

Palavras-chave: Política de Assistência Social; Residência Inclusiva; Atuação profissional do (a) Assistente Social.

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

ABSTRACT

In this Final Course Project (TCC), we address the role of Social Work in the Inclusive Residence Service. The interest in this topic is related to the Mandatory Internship in Social Work, conducted at the Inclusive Residence in Foz do Iguaçu/PR. The main objective of this TCC was to characterize the role of the social worker in the Inclusive Residence in Foz do Iguaçu/PR. To this end, we analyzed the trajectory of Social Assistance Policy in Brazil and addressed the medium and high complexity social protection services, including the Inclusive Residence. We clarified the role of the social worker within Social Assistance Policy, highlighting their instrumental role in capitalist society, and finally, we discussed the challenges and potentials in the social worker's performance in the Inclusive Residence with a focus on the analysis of the Daily Organization Plan (POC), as well as the intern's experience and perceptions during the internship, through monitoring sheets and internship activities. The methodology used includes bibliographic research, documentary research, and participant observation from the Mandatory Internship in Social Work.

Keywords: Social Assistance Policy; Inclusive Residence; Professional Role of the Social Worker.

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

RESUMEN

En este Trabajo de Conclusión de Curso (TCC), tratamos sobre la actuación del Trabajo Social en el Servicio de Residencia Inclusiva. El interés por esta temática está relacionado con el Estagio Obligatorio en Trabajo Social, realizado en la Residencia Inclusiva de Foz do Iguaçu/PR. El objetivo general del presente TCC fue caracterizar la actuación del(a) asistente social en la Residencia Inclusiva en Foz do Iguaçu/PR. Para ello, analizamos la trayectoria de la Política de Asistencia Social en Brasil y abordamos los servicios de protección social especial de media y alta complejidad, en los que se encuentra la Residencia Inclusiva. Explicitamos la actuación del(a) asistente social en la Política de Asistencia Social, evidenciando su instrumentalidad en la sociedad capitalista para finalmente discutir los desafíos y potencialidades en la actuación del asistente social en la Residencia Inclusiva con enfoque en el análisis del Plan de Organización del Cotidiano (POC), así como la experiencia y percepciones del pasante durante el período de prácticas, a través de las hojas de seguimiento y las actividades del estagio. La metodología utilizada incluye investigación bibliográfica, investigación documental y observación participante a partir del Estagio Obligatorio en Trabajo Social.

Palabras clave: Política de Asistencia Social; Residencia Inclusiva; Rol profesional del(a) Asistente Social.

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

SUMÁRIO

1INTRODUÇÃO 10
2 CAPÍTULO I: A TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL 13
2.1 HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL 13
2.2 OS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE: COMPREENDENDO A RESIDÊNCIA INCLUSIVA 18
3 CAPÍTULO II: A ATUAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 22
3.1 O TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA E A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL 22
3.2 A ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. 25
4 CAPÍTULO III: DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA RESIDÊNCIA INCLUSIVA.....30
4.1 O PLANO DE ORGANIZAÇÃO DO COTIDIANO (POC) DA RESIDÊNCIA INCLUSIVA E A ATUAÇÃO PROFISSIONAL 30
4.2 CARACTERIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA RESIDÊNCIA INCLUSIVA A PARTIR DO ESTÁGIO 37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 44
REFERÊNCIAS: 47

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

1 INTRODUÇÃO

A idéia central deste trabalho é caracterizar a atuação do assistente social na Residência Inclusiva em Foz do Iguaçu. Este contexto é relevante considerando que no Brasil, de acordo o Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) *apud* o Caderno da Orientação da Residência Inclusiva (2014), quase 45,6 milhões de pessoas possuem alguma deficiência, sendo esta visual, auditiva, física ou intelectual. Dentre elas, 25,8 milhões (26,5%) são mulheres e 19,8 milhões (21,2%) são homens (Brasil, 2014, p. 5-6). Além disso, de acordo com a Cartilha Perguntas e Respostas, elaborada para gestores, profissionais, residentes e familiares sobre o Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiências em Residência Inclusiva:

> Ao longo da história, a insuficiência de alternativas de proteção social a pessoas com deficiência, em situação de dependência, abandono, ou com vínculos familiares rompidos, muitas vezes levavam ao acolhimento em unidades totais, sem perspectivas de fortalecimento da convivência familiar e com a própria comunidade de origem. (BRASIL, 2014, p. 05).

Historicamente, o atendimento oferecido a essa categoria populacional foi limitado, deixando a cargo de instituições religiosas e do terceiro setor. É a partir dos anos 2000, com o surgimento de residências que são financiadas pelo setor público, que houve uma institucionalização dos serviços voltados para pessoas com deficiência (PCD). Nesse contexto, o programa "Viver sem Limites" que foi lançado em 2011 representa, atualmente, a principal iniciativa nacional direcionada à inclusão social das pessoas com deficiência no contexto do Brasil (ONU Brasil, 2020, p. 4). Entretanto, ainda existem desafios a serem superados, especialmente diante da crescente complexidade das condições de precariedade e exclusão social, que podem ser agravadas pela fragilidade ou ruptura dos laços familiares.

Neste contexto, na procura de referências teóricas para elaboração desse Trabalho de Conclusão de Curso, observamos reduzida produção teórica acadêmica específica sobre a atuação (intervenção) dos (as) assistentes sociais nas Residências Inclusivas para Pessoas Com Deficiência (PCD), o que impede de demonstrar a importância deste serviço e da atuação do (a) assistente social neste espaço sócio-ocupacional.

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

Assim, este trabalho de Conclusão de Curso busca contribuir para preencher essa lacuna, no sentido de expandir o conhecimento sobre a atuação do assistente social nas Residências Inclusivas, proporcionando maior visibilidade e reconhecimento à atuação dos assistentes sociais nesses espaços sócio-ocupacionais.

Neste sentido, o objetivo geral é caracterizar a atuação do assistente social na Residência Inclusiva em Foz do Iguaçu. Para tanto estabelecemos os seguintes objetivos específicos: explicitar a trajetória histórica da Política de Assistência Social no Brasil; caracterizar a Residência Inclusiva em Foz do Iguaçu enquanto Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade; e identificar os desafios e potencialidades da atuação profissional do Serviço Social na Residência Inclusiva de Foz do Iguaçu.

O desenvolvimento de uma pesquisa científica consiste em compreender o objeto de pesquisa a partir de sua relevância teórica, recorrendo à produção científica acumulada, buscando explicar um determinado fenômeno na realidade, ou seja, tem o intuito de contextualizar o objeto de estudo na realidade social. Neste sentido, o referencial teórico deste trabalho é construído a partir da produção teórica dos autores que contribuíram com o tema. Nos termos de Minayo (2007, p. 16):

> Os conhecimentos que foram construídos cientificamente sobre determinado assunto, por outros estudiosos que o abordaram antes de nós e lançam luz sobre nossa pesquisa, são chamadas teorias. A palavra teoria tem origem no verbo grego 'theorein', cujo significado é 'ver'. A associação “entre ‘ver’ e ‘saber’ é uma das bases da ciência ocidental” (MINAYO, 2007, p. 16).

As teorias científicas, enquanto conhecimento construído por outros pesquisadores servem como guias fundamentais no caminho da pesquisa científica, sendo essenciais para outros estudos e pesquisas. Elas nos permitem interpretar a natureza de forma lógica e contribuem para a continuidade do conhecimento científico ao longo do tempo.

Portanto, o referencial teórico que é explicitado nos capítulos 1 e 2 permitirá que ocorra um aprofundamento no objeto de estudo deste Trabalho de Conclusão de Curso e um desenvolvimento da análise dos dados desta pesquisa no capítulo 3.

No primeiro capítulo, abordamos o histórico da Política de Assistência

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

Social no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, destacando sua trajetória enquanto política pública, a instituição do Sistema Único de Assistência Social e os serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, na qual se insere o serviço da Residência Inclusiva.

No segundo capítulo, explicitamos sobre a atuação dos assistentes sociais nesta política, para no terceiro capítulo analisar os desafios e potencialidades da atuação profissional do Serviço Social na Residência Inclusiva a partir de uma análise documental e considerando também a observação participante do Estágio Obrigatório em Serviço Social.

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

2 CAPÍTULO I: A TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Neste capítulo vamos esboçar a trajetória histórica da Política de Assistência Social no Brasil e seu percurso rumo à consolidação como política pública ao longo do século XX, a partir dos marcos históricos, políticos e legislativos importantes e sua relação com a questão social.

2.1 HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL

Sposati (2014, p. 59) aponta que a assistência ao outro é prática antiga da humanidade. Não se limita nem à civilização judaico-cristã, nem às sociedades capitalistas. No que se refere à Assistência Social, esta está vinculada ao processo industrial ocorrido no final do século XIX e início do século XX, o qual resultou na pauperização da classe trabalhadora e nas primeiras manifestações da questão social.

Neste sentido, nos termos de Netto (2001, p. 42), a questão social está relacionada ao fenômeno de pauperismo. O autor afirma que a designação desse pauperismo pela expressão questão social, refere-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos e às condições precárias de vida e trabalho enfrentadas pela classe trabalhadora urbana dentro das manufaturas, no modo de produção capitalista na época.

De acordo com Netto (2001), a questão social é um fenômeno que emerge da contradição entre o capital e o trabalho no modo de produção capitalista.

> O desenvolvimento do capitalismo produz, compulsoriamente, a “questão social” - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo (NETTO, 2001, p 45).

As lutas da classe trabalhadora e as reivindicações dos movimentos sociais por seus direitos pressionam o Estado na busca de respostas às expressões da questão social, sendo que as iniciativas de respostas do Estado são

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

denominadas políticas sociais. Portanto, o debate da questão social está relacionado ao surgimento de medidas empregadas pelo Estado como forma de responder às demandas que surgiram na época sob a égide da política social.

Behring e Boschetti (2011, p. 63) afirmam que as políticas sociais surgem a partir da intervenção estatal. Esse argumento mostra que no início do século XX houve um aumento da intervenção estatal em resposta às demandas que surgiram com os desafios trazidos pelo processo de industrialização. Isso levou à implementação de políticas sociais para intervir nas diversas expressões da questão social.

Diante disso, segundo Sposati (2017, p.50), a política social surge para intervir na relação entre capital e trabalho.

> O surgimento das Políticas Social foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado (Behring e Boschetti, 2011, p. 64).

Portanto, a combinação da pressão da classe trabalhadora com os fatores econômicos, sociais e políticos de cada país são fundamentais para a determinação do surgimento e do desenvolvimento de suas políticas sociais. A assistência social enquanto política social surge, portanto, em meio às contradições sócio-históricas de luta dos trabalhadores e as medidas interventivas adotadas pelo Estado para lidar com as demandas da classe trabalhadora.

Para Couto (2010, p. 56), a assistência social está historicamente relacionada com a matriz do favor, que faz parte da sociedade brasileira desde o período colonial até a chegada do Estado Social, do clientelismo, que se apresenta como prática que se desenvolveu sob a forma de troca de favores, do apadrinhamento e do mando. Ademais, ajuda aos trabalhadores e seus familiares pelo viés das ações práticas baseadas na caridade e na filantropia das instituições religiosas. Portanto, a assistência social não era considerada como uma política baseada em direitos e de dever do Estado.

A partir da década de 30, Sposati (2014, p. 62) afirma que, no caso brasileiro, a assistência social começa a se configurar como uma esfera programática da ação governamental para a prestação de serviços, como mecanismo político para amortecimento de tensões sociais. Contudo, somente na

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

Constituição Federal de 1988, a Assistência Social é estabelecida como direito social e dever do Estado.

No final do século XX, mais precisamente na década de 1980, houve um período de agitação histórica no Brasil. A sociedade brasileira passou por uma grande mobilização, que consistiu em um movimento pela redemocratização do país. As principais mobilizações incluíram: o movimento das "Diretas Já" [1], o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, o movimento estudantil e todas as greves sindicais. Estes movimentos sociais desempenharam um papel fundamental na construção da sociedade brasileira contemporânea, pois contribuíram para a transição do Brasil de um regime autoritário para um regime democrático que proporcionou a promoção dos direitos sociais que resultaram na nova Constituição Federal de 1988.

A atual Constituição Federal do Brasil foi promulgada em 1988 e estabelece os princípios e as leis que regem o país, criada num contexto pós-ditadura militar. Através desta Carta Magna, o país estabeleceu o marco legal de proteção social, evidenciando os direitos sociais da população brasileira e introduzindo o conceito de seguridade social, formado pelo tripé: Saúde (para todos), Previdência Social (para quem contribui) e assistência social (de quem dela necessitar).

Simões (2008) afirma que

> A Constituição institui a assistência social como política pública e, portanto, como direito social, sob o princípio da universalidade do acesso, com a finalidade de inserir a população no sistema de bem-estar brasileiro. Tem por pressuposto o reconhecimento público de legitimidade das demandas de seus beneficiários e usuários, no contexto da assistência social. Define-se, como política de proteção social, articulada com as demais políticas de garantia de direitos sociais (Simão, 2008, p. 185).

No artigo 203 da Constituição Federal de 1988, estão enumerados os objetivos da assistência social:

> A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: **I** - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; **II** - o amparo às crianças e adolescentes carentes; **III** - a promoção da integração ao mercado de trabalho; **IV** - a habilitação e

[1] "O movimento das Diretas Já foi importante marco na história das mobilizações sociais e políticas do Brasil, sendo evento essencial da redemocratização e da cultura política" (SANTOS, 2015, p. 296).

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

> reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; **V** - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (Brasil, 1988).

Portanto, a política de assistência social está regulamentada pela Constituição Federal de 1988 como dever do Estado e direito para aqueles que dela necessitam. Observa-se, de acordo com esta legislação, que a assistência social é reconhecida como política pública de Estado. Simões (2008), afirma que:

> É um direito que não depende de contribuição. Como direito da cidadania, subjetivo público, corresponde ao dever do Estado de assegurar à população carente ou pobre o acesso a condições de vida que assegurem a satisfação das necessidades básicas, por meio das quais se definem os mínimos sociais (Simões, 2008, p. 187).

Em resumo, a política de assistência social no Brasil é instituída pela Constituição Federal de 1988, que estabelece a assistência social como um dever do Estado e um direito para aqueles que dela necessitam. Portanto, uma política pública de Estado, responsabilizando o governo por garantir o acesso dos cidadãos aos serviços e benefícios previstos, garantir a proteção social e o amparo às pessoas em situação de vulnerabilidade. Além da Constituição Federal (1988), existem leis e normas complementares que detalham a política de assistência social no país.

Em 1993 é instituída a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 1993, elencando os princípios, objetivos e direcionando a assistência social. Segundo o artigo 1º da LOAS “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. No artigo 2º, ela estabelece que a assistência social tenha por objetivos a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos. Neste sentido, a LOAS organiza a assistência social pelos seguintes tipos de proteção:

> **I - Proteção social básica:** conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011). **II - Proteção social especial:** conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

> contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos (LOAS, 1993, Art. 6º, grifo nosso).

Em 2004 é aprovada a Política Nacional Assistência Social (PNAS), na qual a assistência social é definida como uma política pública cujas intervenções têm como referência os territórios. Suas diretrizes são a descentralização político-administrativa, a participação da população, a primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social e a centralidade na família.

> A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais (PNAS, 2004, p. 33).

A PNAS define o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a Norma Operacional Básica do SUAS de 2005 (NOB-SUAS/2005) implementa este sistema. Em 2011, a Lei nº 12.435 altera a Lei nº 8.742/1993 e institui em seu artigo 6º que a gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Suas que têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice. Ademais, deve ser integrado pelos entes federativos, os conselhos de assistência social e as entidades e organizações de assistência social (BRASIL, 2011).

Em 2012, a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS/2012) é atualizada para aprimorar a gestão do SUAS. A NOB-SUAS/2012 é fundamental para compreender a organização e a regulação da Política Nacional de Assistência Social no Brasil.

> Foi crucial para a estruturação da Política Pública de Assistência Social, aumentando significativamente a implantação de serviços socioassistenciais em todo o país. Essa norma utilizou critérios transparentes e objetivos para distribuir os recursos, levando em conta as necessidades das populações vulneráveis e buscando corrigir desigualdades regionais históricas (NOB/SUAS, 2012, p.13).

O artigo 3º do NOB-SUAS estabelece princípios organizativos do SUAS, incluindo a universalidade dos serviços socioassistenciais no Brasil, garantindo que todos tenham direito à proteção socioassistencial, respeitando sua dignidade e autonomia, sem discriminação (NOB-SUAS, 2012).

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

A proteção social básica, segundo a NOB-SUAS (2012, p. 18), visa prevenir situações de risco social e pessoal, atendendo famílias e indivíduos em vulnerabilidade, sem quebrar o vínculo familiar. Por outro lado, a Proteção Social Especial, conforme descrito na NOB-SUAS (2012, p. 32), destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social devido à violação de direitos, como a quebra de vínculos familiares.

Neljaneira (2018, p. 17) complementa essa visão, afirmando que quando famílias e indivíduos já se encontram em situações que representam violação de direitos, risco social e pessoal com perda de vínculos afetivos, devem ser atendidos pela Proteção Social Especial, no CREAS. Isso significa que são situações que ultrapassam a função da Proteção Social Básica.

Nesse contexto, a Proteção Social Especial de alta complexidade oferece serviços de acolhimento institucional. Dentro de seus equipamentos está a Residência Inclusiva. Neste sentido, no próximo item nos propomos a compreender a Residência Inclusiva enquanto um serviço de proteção social especial.

2.2 OS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE: COMPREENDENDO A RESIDÊNCIA INCLUSIVA

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada em 2009, padronizou em todo território nacional os serviços de proteção social básica e especial, seus conteúdos, o público a ser atendido e os objetivos de cada serviço em relação à garantia dos direitos socioassistenciais.

> I - Serviços de Proteção Social Básica: a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.
> II - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade: a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); b) Serviço Especializado em Abordagem Social; c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.
> III - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade: a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: - abrigo institucional; - Casa-Lar; - Casa de Passagem; - Residência Inclusiva. b) Serviço de Acolhimento em República; c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

> Públicas e de Emergências (Art. 1 º da resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009).

Portanto, a Residência Inclusiva surgiu enquanto uma instituição pública inserida na política pública de assistência social, dentro do nível de proteção Social Especial de Alta Complexidade. De acordo com a Resolução n. 109/2009[2] do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS),

> As Residências Inclusivas são classificadas como um serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade. São instituições de acolhimento voltadas a jovens e adultos com deficiência (entre 18 e 59 anos), cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados, que não disponham de condições de autossustentabilidade, de retaguarda familiar temporária ou permanente e/ou estejam em processo de desligamento de instituições de longa permanência.

De acordo com o documento "Viver sem Limite" [3] (2013, p.42-43), a Residência Inclusiva é destinada a jovens e adultos com deficiência em situação de dependência, tratando-se de uma modalidade de Serviço de Acolhimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), organizada em pequenos grupos de até 10 pessoas por residência. O acolhimento e convivência nesse ambiente promovem o desenvolvimento de capacidades adaptativas à vida diária, autonomia e participação social dos residentes. A Residência Inclusiva atua em articulação com os demais serviços no território para garantir a inclusão social dos residentes e possui os seguintes objetivos:

> Acolher e garantir proteção integral; contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos; restabelecer vínculos familiares e/ou sociais; possibilitar a convivência comunitária; promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais; favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades; promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades (Neljaneira, 2018, p. 35).

Em 2014, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) publicou o Caderno da Orientação da Residência Inclusiva qualificando a

[2]Essa resolução contribui para o avanço no processo da Aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais

[3]O documento foi elaborado em 2011 e prevê a implantação de serviços especializados, como a Residência Inclusiva, para garantir atendimento adequado e promover a inclusão das pessoas com deficiência.

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

compreensão e as especificidades, reforçando sua importância na viabilização de direitos deste segmento. Este Caderno destaca que ela é uma unidade que oferece Serviço de Acolhimento Institucional, no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do SUAS, para jovens e adultos com deficiência em situação de dependência e que não possuem condições de autossustentabilidade ou retaguarda familiar, em conformidade com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Em 2015, a Lei Brasileira da Inclusão (LBI) [4] também definiu desta forma o conceito de Residência Inclusiva.

De acordo com Sposati (2022)

> A RI pública surge na cena institucional recente, devido à insuficiente oferta desses serviços nos municípios. Em muitos casos, isso levava pessoas com deficiência a instituições fechadas (ILPIs), unidades sem perspectiva de convívio, onde ocorriam práticas segregacionistas ou que limitavam a participação e inserção comunitária, resultando em violação de direitos (Sposati, 2022, p.161).

Em Foz do Iguaçu, a Residência Inclusiva está presente em duas Casas. A Casa 1 (um) está localizada na Avenida República Argentina, 1961, Vila Maracanã, enquanto a Casa 2 está na Rua Naipi, 657, Centro. Ambas têm capacidade para atender 10 acolhidos. A equipe que trabalha nessas casas atua de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (NOB RH/SUAS, 2011) e é capacitada e qualificada para oferecer um ambiente acolhedor e adaptado às necessidades dos residentes, garantindo a excelência dos serviços prestados.

De acordo com o Caderno de Orientação (2014, p. 42-43) [5], a Residência Inclusiva é constituída por uma equipe de referência para o Serviço de Acolhimento Institucional, com Coordenador, Psicólogo, Assistente Social, Terapeuta Ocupacional, Motorista, Cuidador, Auxiliar de Cuidador e Trabalhador Doméstico. Portanto verifica-se que o Assistente Social faz parte da equipe básica da Residência Inclusiva.

[4]BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.
[5]CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social. Caderno de Orientação da Residência Inclusiva. Brasília: CNAS, 2014.

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

Quadro 1 – Composição da Equipe para Residências Inclusivas.

Função	**Serviço**
01 coordenador.	Para até 03 Residências Inclusivas.
01 Psicólogo.	Para até 03 Residências Inclusivas.
01 Assistente Social.	Para até 03 Residências Inclusivas.
01 Terapeuta Ocupacional[6].	Para até 03 Residências Inclusivas.
01 Motorista.	Para até 03 Residências Inclusivas.
01 Cuidador para até 06 usuários, por turno.	Para cada Residência inclusiva.
01 Auxiliar de cuidador para até 06 usuários, por turno.	Para cada Residência inclusiva.
01 Trabalhador doméstico.	Para cada Residência inclusiva.

Fonte: Adaptado do Caderno de Orientação para a Implementação das Residências Inclusivas (Brasil, 2014, p.44).

A tabela acima descreve como é composta a equipe de referência da Residência Inclusiva, na qual está o (a) assistente social. Neste sentido, no próximo capítulo vamos explicitar sobre a atuação do Assistente Social na Política de Assistência Social para desta forma analisar os desafios e potencialidades da atuação profissional do serviço social no serviço de Residência Inclusiva.

[6]De acordo com o caderno de orientação (2014), está prevista a presença de um terapeuta ocupacional na equipe; no entanto, até o momento, não há um terapeuta ocupacional atuando na equipe da Residência em Foz do Iguaçu, que conta com duas casas.

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

3 CAPÍTULO II: A ATUAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Neste capítulo, discutiremos sobre a atuação dos assistentes sociais na política de assistência social. Iniciamos o texto com o debate da autora Yolanda Guerra (2011) acerca do conceito de trabalho, com o intuito de abordar sobre o trabalho do (a) assistente social e sua instrumentalidade. Em seguida, é observada a perspectiva da autora Cláudia Mônica dos Santos (2013) sobre as dimensões da prática profissional do Serviço Social. Por fim, são analisados os parâmetros de atuação do (a) assistente social na Política de Assistência Social, conforme apresentados na cartilha do Conselho Federal do Serviço Social (CFESS, 2011).

3.1 O TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA E A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL

Desde os primórdios da humanidade, os seres humanos desenvolvem uma variedade de atividades para garantir sua sobrevivência e seu desenvolvimento. O trabalho é um meio essencial nesse processo, desempenhando não apenas um papel fundamental na subsistência, mas também na formação da identidade do ser humano (Lessa, 2012, p. 19). O conceito de trabalho está relacionado a uma atividade realizada pelos seres humanos para se obter algo. Neste sentido Marx *apud* Guerra (2000) afirma que:

> Trabalho é, portanto, o metabolismo entre homem e natureza, no qual ele (o homem) põe em movimentos forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida (Marx, 1985a, p.149 *apud* Guerra (2000, p. 7).

Portanto o trabalho tem uma relação com a natureza, ou seja, o homem está vivendo no meio desta e sempre está em contato com ela para transformá-la ao mesmo tempo em que transforma a sua vida.

Segundo Guerra (2000, p. 8) o trabalho está relacionado com a necessidade de sobrevivência vinculada à alimentação e à proteção, portanto à transformação da natureza. Neste sentido, o processo do trabalho para o homem se estabelece relacionado com a natureza para sua sobrevivência e se relacionando

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

socialmente.

As relações sociais nas sociedades capitalistas tornam-se cada vez mais complexas, envolvendo diversos atores, incluindo o proletariado e a burguesia. Nessa relação social, o primeiro coloca sua força de trabalho a serviço do segundo, que muitas vezes são proprietários dos meios de produção na sociedade.

Guerra (200, p. 13) afirma que "A ordem burguesa opera uma inversão por meio da qual transforma os homens de sujeitos em objetos, em meios e/ou instrumentos para a satisfação de necessidades materiais e imateriais de outros homens".

Nessa mesma perspectiva, a autora aponta que:

> Na ordem burguesa, deixam de prevalecer os interesses comuns para se realizarem como valor de uso, as mercadorias devem ser trocadas, de modo que suas propriedades úteis, concretas, as suas possibilidades qualitativas, cuja finalidade é a satisfação de necessidades humanas são submetidas às suas propriedades quantitativas. Assim, também o trabalho que produz mercadorias para a troca passa de meio de satisfação de necessidades de seu produtor para meio de satisfação de necessidades de reprodução ampliadas do capital (Guerra, 2000, p. 13).

Assim, o modo de produção capitalista modifica as relações sociais, a forma de trabalho, que sempre está sujeita às transformações societárias. Esse modo de produção capitalista fragiliza as relações sociais do homem. De acordo com Marx (1955) *apud* Guerra (2000, p. 14), no modo de produção capitalista, as relações de produção e as forças de produção são a base das condições de trabalho. Os seres humanos não têm a capacidade de controlar suas condições de trabalho no capitalismo; os salários e as condições de trabalho dos trabalhadores são definidos para manter a permanência do sistema.

No modo de produção capitalista, a condição do trabalhador decorre do desenvolvimento das forças produtivas, e está relacionada à exploração de classe e à lógica de acumulação do capital. Nessa dinâmica, a classe trabalhadora fica sujeita a condições precárias e alienantes de trabalho. Nesse processo, o capitalista apropria-se da maior parte das riquezas produzidas, em detrimento da classe trabalhadora. Conforme afirmado por Guerra (2000, p. 16): “O trabalho social de cada indivíduo na sociedade burguesa é mediado pelo princípio do eu mesmo, devendo restituir a uns o capital acrescido, e a outros, a força para mais trabalho.”

A partir dessas considerações sobre o trabalho e, sobretudo, sua

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

abrangência na sociedade capitalista, trataremos da instrumentalidade da atuação profissional do assistente social.

A institucionalização do Serviço Social está relacionada com o período dos monopólios marcada pela intervenção do Estado na questão social (Guerra, 2000, p. 17). A referida autora afirma que:

> O Serviço Social é criado pela existência de tais necessidades sociais (que se traduzem em demandas) e que historicamente a profissão adquire esse espaço quando o Estado passa a interferir sistematicamente na questão social (de conteúdo fundamentalmente econômico e político), através de uma determinada modalidade de atendimento, qual sejam as políticas sociais (Guerra, 2000, p. 18).

A atuação do serviço social configura-se então como um componente das políticas sociais, um trabalho de natureza não liberal cujo objetivo era atender às demandas capitalistas e socializar os custos da reprodução da força de trabalho (Guerra, 2000, p. 18). Neste sentido, a referida autora aponta que a funcionalidade do Serviço Social está vinculada à política social na preservação e controle da força de trabalho, ou seja, a uma das formas de produção e reprodução da força de trabalho.

Segundo Guerra (2000, p. 23)

> A instrumentalidade do trabalho do assistente social é uma propriedade ou capacidade historicamente construída e reconstruída pela profissão, como uma condição sócio-histórica do Serviço Social, em três níveis:
> No que diz respeito à sua funcionalidade no projeto reformista da burguesia (reformar conservando).
> No que se refere à sua peculiaridade operatória, ao aspecto instrumental-operativo das respostas profissionais (ou nível de competência requerido) frente às demandas das classes, de onde advém a legitimidade da profissão.
> Como uma mediação que permite a passagem das análises macroscópicas, genéricas e de caráter universalista às singularidades da intervenção profissional, em contextos, conjunturas e espaços historicamente determinados. Aqui, a instrumentalidade como categoria construtiva do Serviço Social permite pensar nos indicativos teórico-práticos de intervenção imediata (entendidos como os instrumentos teóricos, políticos e técnicos), bem como vinculá-los aos objetivos, finalidades e valores profissionais e humanos genéricos. Em outros termos, permite acionar, potencializar os diversos elementos que compõem a cultura profissional.

Portanto, a instrumentalidade do Serviço Social remete à reprodução material e ideológica da força de trabalho; é a mediação para realizar as suas ações, ou seja, consiste em um mecanismo para as decisões concretas (Guerra, 2000, p.

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

24). Está relacionada com as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa (Santos, 2013, p. 1). Essas dimensões não apenas orientam a conduta profissional, mas também conferem à profissão uma característica objetiva e científica.

Nessa perspectiva, Santos (2013, p. 7) afirma que é necessário o conhecimento da profissão, de suas condições, possibilidades e determinações, portanto são essas reflexões que orientam alternativas de ações e a escolha pelos instrumentos e técnicas da intervenção.

Santos (2013) define as dimensões da instrumentalidade em serviço social da seguinte maneira:

> A dimensão ético-política envolve o projetar a ação em função dos valores e finalidades do profissional, da instituição e da população. É responsável pela avaliação das conseqüências de nossas ações – ou a não avaliação dessas conseqüências (Santos, 2013, p. 2).

Em relação à dimensão técnica-operativa, a autora aponta que "envolve um conjunto de estratégias, táticas e técnicas instrumentalizadores da ação, que efetivam o trabalho profissional, e que expressam uma determinada teoria, um método, uma posição política e ética" (SANTOS, 2013, p. 2). Sobre a dimensão técnico-operativa, a autora salienta que

> O referencial teórico-metodológico define a intencionalidade e a direção social empreendida na ação, possibilitando a escolha de instrumentos e técnicas capazes de materializar essa intencionalidade. Igualmente, é o conhecimento teórico da realidade que oferece o conteúdo a ser tratado nos instrumentos de intervenção (Santos, 2013, p. 2).

Portanto, a atuação profissional do assistente social é orientada por estas dimensões da instrumentalidade. Neste sentido, no próximo item discutiremos sobre a atuação do Assistente Social na Política de Assistência Social, a partir dos principais documentos que regulamentam a profissão e as orientações do CFESS sobre a atuação profissional nesta política.

3.2 A ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

A Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), que estabelece

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

as competências e atribuições do assistente social e o Código de Ética Profissional (Resolução CFESS nº 273/1993), que define os princípios da atuação profissional são as principais legislações que orientação a prática profissional do assistente social em qualquer âmbito de atuação.

A Lei de Regulamentação (Lei 8.662/93) aborda diversos aspectos da profissão, como: as competências e atribuições privativas do (a) assistente social, as exigências legais para exercer a profissão, a jornada de trabalho e a função dos conselhos regionais e nacionais profissionais (CFESS-CRESS).

Através das competências e atribuições da profissão do serviço social, o profissional tem que compreender o contexto social e histórico de maneira crítica, entender e analisar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, entender o papel social da profissão e aprender a identificar as demandas sociais para formular respostas profissionais no enfrentamento das expressões da questão social (CFESS, 2011, p. 19).

O Código de Ética estabelece os princípios e valores sobre os quais os profissionais se baseiam durante sua prática, estabelece os princípios fundamentais da profissão. Este código evidencia a liberdade como um dos direitos que os assistentes sociais devem buscar e viabilizar para os usuários. Além disso, coloca os profissionais na posição de promover a defesa dos direitos sociais, enfatizando um posicionamento crítico frente às opressões que sofre a classe trabalhadora e garantindo um compromisso entre o profissional e essa classe na sociedade. Neste sentido, a atuação profissional está baseada nesses princípios: promoção da justiça social e melhoria das condições de vida da classe trabalhadora (CFESS, 2011, p. 14-15).

Na política de Assistência Social, o perfil do (a) assistente social “deve afastar-se das abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas, que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente” (CFESS, 2011, p.18).

Tendo em vista que a questão social é objeto de intervenção profissional, conforme vimos no primeiro capítulo, o profissional deve apresentar uma perspectiva totalizante, a qual identifica os determinantes socioeconômicos e culturais das desigualdades sociais. Para tanto, o profissional deve realizar

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

> (...) leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos/as trabalhadores/as em defesa de seus direitos; formulação e construção coletiva, em conjunto com os/as trabalhadores/as, de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos (CFESS, 2011, p.18).

As competências dos (as) assistentes sociais na política de Assistência Social estão relacionadas às diversas dimensões interventivas, tais como: as abordagens individuais, familiares ou grupais; intervenção coletiva junto a movimentos sociais; inserção nos espaços democráticos de controle social; realização sistemática de estudos e pesquisas; e uma dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora de informações e saberes no campo dos direitos (CFESS, 2011).

Portanto, na cartilha intitulada “Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social” do CFESS (2011), aponta-se para a necessidade de discutir o trabalho de assistentes sociais nesses espaços como estratégica para o entendimento da política de assistência social como direito. Ademais, para garantir as condições técnicas e éticas requeridas para a atuação profissional. Nessa perspectiva

> A política de Assistência Social, por sua vez, comporta equipes de trabalho interprofissionais, sendo que a formação, experiência e intervenção histórica dos/as assistentes sociais nessa política social não só os habilitam a compor as equipes de trabalhadores/as, como atribuem a esses/as profissionais um papel fundamental na consolidação da Assistência Social como direito de cidadania (CFESS, 2011, p.12).

O Código de Ética do Assistente Social evidencia a importância da interdisciplinaridade. O Artigo 10º no inciso d salienta que é dever do (a) assistente social "incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar" (CFESS, 2019, p. 22) [7]. Assim, essa colaboração pode desenvolver um atendimento mais eficiente e integrado no enfrentamento das expressões da questão social e nas demandas dos usuários.

[7]BRASIL. **Código de ética do/a assistente social - Trilíngue: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10ª ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2019. 107 p. Atualizado em 13 mar. 1993, com alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS n. 290/94, 293/94, 333/96 e 594/11.

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

Portanto, a interdisciplinaridade é fundamental para as equipes de profissionais que atuam na política de assistência social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ela requer competências específicas de cada área dos profissionais no espaço de atuação.

> A atuação interdisciplinar requer construir uma prática político-profissional que possa dialogar sobre pontos de vista diferente, aceitar confrontos de diferentes abordagens, tomarem decisões que decorram de posturas éticas e políticas pautadas nos princípios e valores estabelecidos nos Códigos de Ética Profissionais (CFESS, 2011, p. 27).

A interdisciplinaridade, de acordo com Vasconcelos (1997) *apud* Ely (2003, p. 114), envolve uma cooperação avançada entre várias disciplinas sob a forma de relações horizontais e de troca recíproca de conhecimentos. Ela coloca em valor a autonomia e a criatividade de cada área, promovendo um diálogo respeitoso e integrador.

Complementando o significado da interdisciplinaridade, Etges (1993), *apud* Ely (2003, p. 114) a define como um princípio de diversidade e criatividade, enquanto Sampaio *ET al*. (1989) *apud* Ely (2003, p. 115), a vêem como uma 'lógica da descoberta', essencial para o avanço do conhecimento científico.

É importante distinguir interdisciplinaridade de multidisciplinaridade, termos que, embora relacionados, possuem significados distintos. Conforme Arendt (1997, p 12) *apud* Eidelwein (2007, p. 308), a multidisciplinaridade está apresentada seguinte maneira:

> Dado um contexto social complexo, cada pesquisador lançará seu olhar específico, colocará os “óculos” de seu referencial teórico. O político problematiza as questões que envolvem o poder, o antropólogo visualiza as questões sob a ótica da cultura, o sociólogo a partir dos movimentos sociais. Será no entrecruzamento destes olhares que se fará a inter e transdisciplinaridade. E é neste sentido que se constitui a multidisciplinaridade (Arendt, 1997 *apud* Eidelwein, 2007, p. 308).

A interdisciplinaridade é um elemento importante e fundamental para a atuação profissional do assistente social. Segundo Ely (2003, p. 115), ela possibilita a troca recíproca de conhecimentos na prática profissional. Ainda, para Ely (2003, p. 115):

> Esta prática é também incentivada pelo Código de Ética do Assistente Social, no capítulo III, artigo 10, alínea d, no qual a participação em equipes

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

> interdisciplinares é apresentada como um dever profissional, a ser cumprido sempre que se apresentarem possibilidades. Esse dever relaciona-se com um dos princípios fundamentais deste Código, referente ao compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.

Neste sentido, atuação profissional numa lógica de interdisciplinaridade permite que profissionais em espaços sócio-ocupacionais destaquem tanto o que é próprio de suas áreas quanto o que é comum a elas. Sendo assim, a prática interdisciplinar apresenta potencialidades e desafios.

> (...) considera-se importante a criação de espaços, no ambiente de trabalho, que possibilitem a discussão e reflexão dos referenciais teóricos e metodológicos que subsidiam o trabalho profissional e propiciem avanços efetivos, considerando as especificidades das demandas, das equipes e dos/as usuários/as. A construção do trabalho interdisciplinar impõe aos/as profissionais a realização permanente de reuniões de planejamento e debates conjuntos, a fim de estabelecer as particularidades da intervenção profissional, bem como definir as competências e habilidades profissionais em função das demandas sociais e das especificidades do trabalho (CFESS, 2011, p.26).

Considerando que o (a) Assistente Social compõe a equipe de referência da Residência Inclusiva, no próximo capítulo vamos discutir sobre os desafios e potencialidades da atuação profissional do Serviço Social na Residência Inclusiva, a partir da experiência do estágio supervisionado em Serviço Social, tendo em vista a pesquisa documental na POC e na Folha de Freqüência do Estágio, considerando a observação participante do estagiário.

É importante salientar que o estágio supervisionado, é estabelecido pelas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social e representa uma etapa fundamental no processo de ensino-aprendizagem.

> O estágio supervisionado objetiva capacitar o/a aluno/a para o exercício profissional, por meio da realização das mediações entre o conhecimento apreendido na formação acadêmica e a realidade social. No estágio, exercita-se o conhecimento da realidade institucional, a problematização teórico-metodológica, a elaboração e implementação do plano de intervenção do/a estagiário/a, articulado à discussão teórico-metodológica e à utilização do instrumental técnico-operativo do Serviço Social, pertinente ao campo específico da ação (CFESS, 2011, p. 11).

Neste sentido, o estágio é super importante no processo de desenvolvimento da relação entre teoria e prática no Serviço Social e nos dá elementos importantes para o debate sobre a atuação profissional.

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

4 CAPÍTULO III: DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA RESIDÊNCIA INCLUSIVA

O presente capítulo discute os desafios e potencialidades da atuação do assistente social no Plano de Organização do Cotidiano (POC) da Residência Inclusiva. Ele evidencia que o POC, junto com outros documentos como o Plano Individual de Atendimento (PIA) e o Projeto Político Pedagógico (PPP), orienta a organização dos serviços cotidianos para os acolhidos da Residência inclusiva em foz do Iguaçu. Além disso, este capítulo apresenta a caracterização da atuação do assistente social na Residência Inclusiva a partir do estágio supervisionado do curso de Serviço Social.

4.1 O PLANO DE ORGANIZAÇÃO DO COTIDIANO (POC) DA RESIDÊNCIA INCLUSIVA E A ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Nesta pesquisa documental, aborda-se um documento que é uma ferramenta de trabalho da Residência Inclusiva em Foz do Iguaçu, intitulado "Plano de Organização do Cotidiano", ou seja, o POC. O POC, juntamente com o Plano Individual de Atendimento (PIA) e o Projeto Político Pedagógico (PPP), orienta a organização do cotidiano e são documentos elaborados em conjunto com os técnicos da Residência Inclusiva. A elaboração desses documentos é uma das principais atividades desenvolvidas pela equipe técnica, conforme descrito no Caderno de Orientação (2014, p. 46).

O POC é um instrumento que orienta o serviço dentro da Residência Inclusiva particularmente a do município de Foz do Iguaçu e foi elaborado pela diretora, coordenadora, equipe técnica e, estagiários. Publicado em fevereiro de 2022, o documento envolve as Residências Inclusivas I e II de Foz do Iguaçu/PR, descrevendo as atividades e procedimentos realizados nesse espaço e detalhando o atendimento que é oferecido aos usuários no cotidiano.

Ele contém sete (7) tópicos: **1) Princípios e diretrizes, 2) Público participante, 3) Objetivos do serviço 4) Organização do serviço, 5) Organização dos cuidados diários, 6) Inserção e desligamento da residência, 7) Monitoramento e avaliação do POC.** A seguir, vamos apresentar resumidamente

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

estes tópicos, enfatizando a atuação do assistente social.

Em relação aos Princípios e Diretrizes, está descrita que a Residência Inclusiva é um serviço de acolhimento institucional que compõe a rede de proteção social na missão de promover a garantia de proteção, cuidados e atendimento personalizados a pessoas com deficiência num ambiente familiar, respeitando suas vontades e evitando a institucionalização. As ações e atendimentos realizados são baseados nas singularidades e vontade de cada morador. É um compromisso ético de todos os colaboradores contribuírem para a garantia dos direitos fundamentais e denunciar qualquer risco ou violação de direitos.

O acolhimento é temporário ou prolongado, visando a reintegração familiar ou autonomia. O acolhimento em Residência Inclusiva pode ser interrompido, pois depende da demanda do acolhido e compete aos trabalhadores, nesses casos, organizarem-se para efetuar a transição do (a) acolhido (a) para um novo espaço de acolhimento, visando atenuar riscos sociais e pessoais e articulando a rede de atenção socioassistencial do território.

São promovidos vínculos familiares através de visitas monitoradas e apoio contínuo. A capacidade civil deve ser garantida, sem discriminação, incluindo o direito de participar ou não de práticas religiosas. Os registros são acessíveis aos moradores, e o Plano Individual de Atendimento é adaptado às suas necessidades.

Facilita-se a participação em atividades comunitárias externas, e políticas como a Lei Brasileira de Inclusão (13.146/2015) da Pessoa com Deficiência asseguram direitos em áreas como saúde, educação e trabalho, através da colaboração entre setores público, privado e comunitário. A política pública de Assistência Social desempenha um papel crucial na garantia de segurança de renda, acolhida, habilitação e reabilitação, autonomia e convivência familiar e comunitária para pessoas com deficiência.

Em relação ao público participante, a Residência Inclusiva oferece acolhimento institucional para jovens e adultos com deficiência, sem vínculo familiar e em transição de outras instituições de longa permanência, visando assegurar segurança, habilitação, reabilitação e autonomia. Crianças e adolescentes com deficiência são acolhidos em serviços específicos, e indivíduos com transtornos mentais devem buscar assistência na Rede de Atenção Psicossocial local.

Em relação aos objetivos, o plano organiza a finalidade da Residência Inclusiva com o objetivo geral de oferecer acolhimento institucional com base

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

adequada para promover autonomia, inclusão social e desenvolvimento de capacidades adaptativas. Seus objetivos específicos incluem promover a inclusão e autonomia de jovens e adultos com deficiência, desenvolver capacidades adaptativas, proteger integralmente os acolhidos, promover a convivência mista, reintegrar familiarmente os acolhidos e superar as barreiras enfrentadas por eles.

Em relação à organização do serviço, de acordo com o POC, as principais funções da Residência Inclusiva, conforme o organograma inclui Coordenação, Assistente Social, Psicólogo, Educador Social, Cuidador, Serviços de apoio (Merendeira e Serviços Gerais):

- **Coordenação**: Tem a responsabilidade de coordenar a Residência Inclusiva em Foz do Iguaçu, trabalhando 40 horas semanais. Incentiva a articulação com os serviços socioassistenciais, coordenando a Residência conforme as diretrizes do SUAS.
- **Equipe técnica:** Ela é composta pelos profissionais de Serviço Social e de Psicologia, ambos atuando com cargo estatutário de 30 horas semanais cada um e desempenham funções similares no atendimento das demandas dos acolhidos. As principais funções são:

> Elaboração, em conjunto com o coordenador e demais colaboradores, do Plano Individual de Atendimento - PIA, do Projeto Político Pedagógico - PPP, do Plano de Organização do Cotidiano- POC e demais instrumentos pertinentes ao serviço de RI;
> Acompanhamento psicossocial dos moradores;
> Acompanhamento psicossocial das respectivas famílias dos moradores, com vistas à reintegração familiar, quando possível;
> Orientação e supervisão técnica dos cuidadores e demais funcionários;
> Apoio e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos cuidadores e educadores;
> Encaminhamento, discussão e planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços sobre encaminhamentos necessários ao acompanhamento das pessoas com deficiência - moradoras da RI - e suas famílias;
> Organização das informações das pessoas com deficiência e respectivas famílias, na forma de prontuário individual;
> Construção conjunta com o morador na organização do cotidiano, no desenvolvimento de adaptações, na escolha de equipamentos de tecnologia assistiva;
> Promoção do desenvolvimento dos moradores como sujeitos de direitos a partir de processos de emancipação, inclusão social e autonomia;
> Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público nas situações de tutela dos moradores;
> Preparação, quando for o caso, da pessoa com deficiência para o desligamento do serviço, em parceria com o cuidador de referência;
> Mediação, em parceria com o cuidador de referência, do processo de aproximação e fortalecimento do vínculo com a família de origem, quando for o caso (POC, 2022, p. 20-21).

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

- **Educador Social:** O Educador Social está trabalhando com cargo estatutário e nível de ensino médio completo, conforme o POC. Suas funções incluem realizar atendimento social através de educação não formal e informal, visando garantir os direitos humanos dos acolhidos da Residência Inclusiva em Foz do Iguaçu.
- **Cuidador**: Composto por pessoas com contrato terceirizado e formação específica, responsáveis por realizar os cuidados diários e promover a autonomia dos usuários nas Residências Inclusivas de Foz do Iguaçu.
- **Os agentes de apoio** são compostos pela Cozinheira/Merendeira, trabalhadora terceirizada responsável pela alimentação dos acolhidos. Incluem também profissional de Serviços Gerais, com cargo estatutário, responsável pela manutenção do ambiente, entre outras funções próprias a eles.

O POC menciona que a equipe técnica, composta pela assistente social e pela psicóloga, participa da elaboração de diversos documentos relacionados aos **registros, instrumentais e documentações.**

O **Relatório de Avaliação Favorável ou Desfavorável ao Acolhimento** é elaborado após verificar documentos recebidos, realizar discussões intersetoriais, visitas domiciliares e atendimentos necessários, com o objetivo de identificar os motivos para a inclusão no serviço de Residência Inclusiva. Este relatório pode utilizar o modelo do **Relatório Multiprofissional ou Memória/Ata de Reunião**. O **Relatório Multiprofissional** resulta da atuação da assistente social e da psicóloga e inclui cinco itens: identificação, descrição da demanda, procedimentos, análise e conclusão. A **Memória/Ata de Reunião** é elaborada quando é necessária uma decisão coletiva e contém participantes, perfil necessário para inclusão, perfil da pessoa avaliada, principais pontos das discussões, impasses, ações/providências/encaminhamentos e assinaturas.

A **Ficha de Identificação Individual** é um documento elaborado e atualizado pela equipe técnica, contendo informações documentais (RG, CPF, filiação), familiares (nomes, endereços, telefones, vínculos) e de saúde (medicação, alergias, atendimento especializado) de cada morador da Residência Inclusiva. O acesso a essa ficha é virtual para o morador (impresso quando solicitado) e para a coordenação/gestão (apenas visualização). O **Prontuário Virtual e Físico Individual** registra detalhadamente atividades, conversas, ações dos moradores e orientações dos trabalhadores de plantão.

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

Os **Relatórios Informativos** podem ser realizados pela equipe técnica, educador social ou coordenação, conforme solicitado. A equipe técnica se ocupa dos atendimentos, enquanto a coordenação lida com a organização do serviço e dados pessoais, podendo envolver o educador social. O **Plano Individual de Atendimento (PIA)** é elaborado pela equipe técnica em colaboração com os trabalhadores da Residência Inclusiva e o morador, orientando ações e atividades para garantir proteção integral, autonomia, protagonismo, convivência comunitária e inclusão. Este documento é dinâmico e atualizado conforme necessário, sendo responsabilidade da equipe técnica o seu preenchimento e organização.

O desenvolvimento das atividades da equipe técnica envolve a articulação interinstitucional e intersetorial. Os principais órgãos com os quais a Residência Inclusiva mantém articulação são: Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Ministério Público (MP) e Conselhos de Direitos (Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Conselho Tutelar, entre outros), além de secretarias municipais e estaduais (como Educação, Trabalho, Direitos Humanos e Habitação).

A equipe técnica também participa das **Reuniões de Equipe** que ocorrem duas vezes por mês com os trabalhadores das duas casas: uma para estudo de casos e outra para discutir questões cotidianas.

As (os) assistentes sociais também participam da **organização dos cuidados diários** que está relacionado com o respeito à privacidade e às individualidades dos sujeitos residentes. Neste sentido, cada acolhido tem um espaço pessoal em um quarto compartilhado, com cama e armário, visando desenvolver sua individualidade e autonomia. Há cuidados com a saúde e medicação, nos quais as necessidades de atendimento preventivo em saúde e as consultas de rotina são previstas no PIA, com a participação da (o) assistente social enquanto equipe técnica.

A assistente social e a psicóloga facilitam a convivência familiar e comunitária, permitindo o contato dos acolhidos com familiares e amigos conforme seu interesse, o que inclui ligações, visitas e atenção a relatos sobre eventos importantes na vida dos residentes. A equipe técnica valoriza a liberdade e a autonomia, evitando tratamentos autoritários e restrições desnecessárias, e garante que a Residência seja confortável e participativa. Os direitos sexuais e reprodutivos

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

dos acolhidos são assegurados, incluindo decisões sobre filhos e planejamento familiar, com orientações sobre saúde sexual e métodos anticoncepcionais fornecidos sem influenciar suas escolhas pessoais.

Quanto ao dinheiro, a equipe orienta sobre o uso e guarda, solicita o Benefício de Prestação Continuada (BPC) conforme o PIA e avalia a concessão de retiradas em dinheiro para gastos pessoais, mantendo o restante em poupança. Em situações-problema, a equipe técnica e a coordenação investigam fatores adicionais e, se necessário, acionam a gestão e outros profissionais. Para situações excepcionais, a equipe deve ter habilidades adequadas para manejar crises, acionando a Coordenação e mantendo uma lista de serviços emergenciais, tratando cada caso de forma única e minimizando transferências, exceto por segurança.

A equipe técnica, assistente social e psicóloga (o), também participa do processo de **inserção e desligamento** da residência inclusiva. A inserção dos novos acolhidos segue o “Fluxo de Acolhimento na Residência Inclusiva”, elaborado em janeiro de 2021. A solicitação para inserção na Residência Inclusiva é feita pelo CREAS/PEPI/PAEFI[8] após avaliação prévia. Se não houver opções de permanência ou reinserção familiar, o CREAS envia os documentos para a DIPE/SMAS por e-mail. Não são acolhidas nas RI 's pessoas com transtornos mentais ou dependências, conforme as Portarias Nº 3.088/GM/MS e Nº 3.090/2011.

Em relação ao desligamento na Residência Inclusiva, isso deve ocorrer por reintegração familiar ou moradia independente, com acompanhamento da equipe técnica pós-desligamento de seis meses.

Em último lugar o POC descreve como é feito o **monitoramento e avaliação**, dizendo que a coordenação deve monitorar diariamente as rotinas estabelecidas, enquanto acolhidos e equipe podem sugerir mudanças. A vigilância também é de responsabilidade dos órgãos de controle, como SMAS[9], MP[10], CMAS[11] e CDPCD[12].

Portanto, observa-se que as funções da (o) Assistente Social e Psicóloga (o) enquanto equipe técnica são descritas em conjunto no (POC), sem especificar as

[8]O **CREAS**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social. O **PEPI**: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. O **PAEFI**: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos. O **DIPE** : Diretoria de Proteção Especial. A **SMAS**: Secretaria Municipal de Assistência Social.
[9]**SMAS**: Secretaria Municipal de Assistência Social.
[10]**MP**: Ministério Público.
[11]**CMAS**: Conselho Municipal de Assistência Social.
[12]**CDPCD**: Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

atribuições privativas de cada profissional. Essa sinergia caracteriza a interdisciplinaridade da atuação profissional do Assistente Social na Residência Inclusiva de Foz do Iguaçu. Conforme discutimos no capítulo 2 deste trabalho, a prática interdisciplinar está prevista no Artigo 10º do Código de Ética do/a Assistente Social enquanto dever do (a) Assistente Social: "incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar" (CFESS, 2019, p. 22). Essa perspectiva pode ser eficiente na resposta às demandas sociais nesse campo.

Nos termos de Eidelwein (2007),

> Parece que o trabalho dentro da área das Ciências Sociais e Humanas implica a necessidade de uma ação interdisciplinar, considerando a complexidade dos objetos de estudo que as diferentes disciplinas se propõem estudar e as limitações encontradas quando se fica fechado apenas dentro de um campo de conhecimento científico que, por ter objeto e metodologias próprias, acaba (de) limitando sua perspectiva de compreensão e ação (Eidelwein, 2007, p. 309).

Arendt (1997, p. 12) *apud* Eidelwein (2007, p. 308) afirma que é no entrecruzamento desses olhares que diferentes disciplinas, como o Serviço Social e a Psicologia, abordam a realidade social a partir de suas próprias teorias e métodos. A interdisciplinaridade vai além da multidisciplinaridade, pois pretende responder de maneira mais integrada e eficaz às demandas sociais complexas.

Além disso,

> Embora Serviço Social e Psicologia, principais profissionais hoje inseridos/as no SUAS, possuam acúmulos teórico-políticos diferentes, o diálogo entre essas categorias profissionais aliará reflexão crítica, participação política, compreensão dos aspectos objetivos e subjetivos inerentes ao convívio e à formação do indivíduo, da coletividade e das circunstâncias que envolvem as diversas situações que se apresentam ao trabalho profissional. É possível construir, a partir dessa ação interdisciplinar, um cenário de discussão sobre responsabilidades e possibilidades na construção de uma proposta ético-política e profissional que não fragmente o sujeito usuário da política de Assistência Social (CFESS, 2012, p. 28).

Neste sentido, a prática interdisciplinar é de suma importância para a atuação profissional de Assistência Social diante da complexidade de seu objeto que é a Questão Social. No entanto, quando o POC não descreve uma diferença nas tarefas cotidianas conforme a formação de cada um dos profissionais, pode ser desafiador devido à falta de clareza quanto às atribuições específicas do (a) Assistente Social. Todavia, a sinergia entre profissões pode melhorar a qualidade

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

dos serviços e do trabalho em equipe.

Os estagiários dos cursos de Serviço Social e Psicologia também compõem a equipe técnica da Residência Inclusiva, com o objetivo de auxiliar no atendimento às demandas dos acolhidos e seus familiares, garantindo, assim, os direitos dos acolhidos. Dentre as funções descritas no POC nas quais o estagiário participou estão a elaboração do PIA (Plano Individual de Atendimento) de cada acolhido, do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e do Plano de Organização do Cotidiano do Serviço (POC), além da redação de relatórios, prontuários e auxílio nas redações dos pareceres técnicos.

Os estagiários, junto com a equipe técnica, também têm o papel de realizar o acompanhamento dos acolhidos durante o período do estágio, apoiar tecnicamente o trabalho de outros profissionais (cuidadores, educadores), auxiliar no encaminhamento dos acolhidos para outros serviços socioassistenciais quando necessário, planejar ações interprofissionais, conservar prontuários e relatórios, desenvolver atividades com os usuários, mediar o processo de desligamento dos usuários da Residência Inclusiva e incentivar o fortalecimento dos vínculos familiares, assegurando a defesa dos direitos dos usuários.

Todas essas funções e atividades do estágio curricular são acompanhadas por assistentes sociais: supervisor de campo e supervisor acadêmico.

Neste sentido, no próximo item, através da pesquisa documental nas folhas de frequência de estágio, iremos relacionar as atividades da equipe técnica na qual o estagiário participou, relacionando com as competências e atribuições privativas do (a) assistente social.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA RESIDÊNCIA INCLUSIVA A PARTIR DO ESTÁGIO

Este estudo documental está relacionado ao objetivo geral do trabalho, que consiste em caracterizar a atuação do assistente social na Residência Inclusiva, por meio das folhas de freqüência e acompanhamento do dossiê dos estágios acadêmicos curriculares I, II, III e IV realizados na Residência Inclusiva durante quatro períodos (Estágio I no período 2020.9, Estágio II no período 2021.6, Estágio

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

III no período 2021.9 e Estágio IV no período 2022.1)[13].

Para fazer essa tarefa, analisamos as atividades consignadas neste documento de dossiê, que foi elaborado ao final dos quatro semestres. Coletamos informações das atividades de estágio que estão em anexo do documento. Os dados são organizados em uma tabela com três colunas: uma para o nome das atividades, uma para o número de horas repartidas para cada atividade, ao longo dos quatro semestres e uma referente a quem participou da realização de cada atividade. Neste sentido chegamos à seguinte planilha:

Quadro 2 – Distribuição das Atividades de Estágio ao longo dos períodos.

Atividades	Horas	Participante
Relatórios e Documentação		
Leitura dos relatórios nos prontuários dos acolhidos	243 Horas	Estagiário
Organização dos prontuários e Elaboração dos relatórios	103 Horas	Estagiário
Elaboração do dossiê de estágio	20 Horas	Estagiário e Assistente social
Elaboração da caracterização institucional	19 Horas	Estagiário
Elaboração do memorial de reunião	6 Horas	Estagiário
Organização dos documentos do Estágio	6 Horas	Estagiário
Orientação e Supervisão		
Orientação da supervisão do estágio	32 Horas	Assistente social / estagiário
Encontro de supervisão de estágio	6 Horas	Assistente social / estagiário
Encontro de supervisão acadêmica.	6 Horas	Assistente social (supervisora de campo, supervisora acadêmica) / estagiário
Reunião de supervisão de estágio	4 Horas	Assistente social / Estagiário.
Atendimento e Intervenção		
Auxílio nos atendimentos	71 Horas	Estagiário

[13]Plano de Ensino para o curso de Serviço Social da UNILA, Componente Curricular de Estágio Obrigatório

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

Elaboração de projeto de intervenção do estágio supervisionado II	32 Horas	Estagiário
Auxílio na elaboração e organização instrumentais	28 Horas	Estagiário / assistente Social
Auxílio nas escutas qualificadas	27 Horas	Estagiário / equipe técnica
Auxílio na Organização instrumental	5 Horas	Estagiário
Implementação do projeto de intervenção.	4 Horas	Estagiário / coordenação / equipe técnica / outros trabalhadores da Residência Inclusiva
Visitas e Acompanhamentos		
Visita nas 2 casas dos acolhidos	37 Horas	Estagiário / equipe técnica
Auxílio nas visitas domiciliares.	22 horas	Estagiário / equipe técnica
Acompanhamento dos acolhidos.	12 Horas	Estagiário
Visitas hospitalares.	5 Horas	Estagiário / equipe técnica
Participações em Eventos e Conferências		
Participação no XXII CONGEMAS	20 Horas	Estagiário / assistente Social
Participação na XIV conferência da Assistência social em Foz do Iguaçu	18 Horas	Estagiário / Assistente social
Participação no dia alusivo ao dia do Assistente Social	6 Horas	Estagiário / assistente Social
Reuniões e Discussões		
Reunião da equipe técnica	30 Horas	Estagiário / equipe técnica.
Discussão da equipe técnica	5 Horas	Estagiário / equipe técnica.
Discussão de caso com a coordenação da Residência Inclusiva	5 Horas	Coordenação / equipe técnica / estagiário
Discussão de caso com a coordenação	4 Horas	Coordenação / equipe técnica / estagiário.
Outros		
Auxílio na elaboração de histórico pessoal dos acolhidos	10 Horas	Estagiário / assistente social.

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

Pesquisa nos prontuários dos acolhidos	9 horas	Estagiário.
Auxílio nos estudos de caso	6 Horas	Equipe técnica / Estagiário
Encontro com alunos da UNILA no campo de estágio	4 Horas	Assistente Social / estagiário
Preparação do documento de Estágio	4 Horas	Estagiário.

Fonte: Dados do dossiê de estágio, períodos 2020.9, 2021.6, 2021.9 e 2022.1.

Após a coleta e organização das informações sobre as atividades dos estagiários, estabelecemos uma relação entre essas atividades e o POC para verificar se estavam previstas nesse documento. Em seguida, examinamos a correspondência entre essas atividades e a Lei de Regulamentação da profissão de Serviço Social no Brasil (Lei nº 8.662/1993), a fim de determinar se estão alinhadas com as atribuições e competências definidas para a atuação dos assistentes sociais.

Para relacionar as funções descritas no POC nas quais o estagiário de Serviço Social participou, consideramos as atividades previstas para a equipe técnica no qual está o (a) assistente social. O estagiário auxilia em atividades relacionadas a relatórios e documentação, como a leitura e organização dos prontuários dos acolhidos, a elaboração de relatórios e a memória de reuniões, em conformidade com o que se encontra no POC no item 4.3, que trata de Registros/Instrumentais/Documentações. Adicionalmente, auxiliou na elaboração e organização de instrumentos como o Plano Individual de Atendimento (PIA), o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o POC do item 4.1.2, que aborda a elaboração, em conjunto com o coordenador e demais colaboradores, dos documentos e instrumentais pertinentes ao serviço de Residência Inclusiva.

O estagiário também auxiliou nas atividades de atendimento e intervenção, incluindo visitas às casas dos acolhidos e escutas qualificadas, conforme o item cinco (5) do POC, especificamente item 5.1.2, que trata sobre o acompanhamento psicossocial dos moradores e suas famílias, visando a reintegração familiar quando possível. Além disso, o estagiário, acompanhado pela equipe técnica, participou de eventos e conferências de Assistência Social, o que contribuiu para seu desenvolvimento profissional. A participação do estagiário nesses eventos proporcionou o seu aprendizado prático e teórico sobre novas abordagens no atendimento aos usuários da residência. Isso permitiu que o

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

estagiário aplicasse os conhecimentos adquiridos nesses eventos no seu campo de estágio, auxiliando melhor no desenvolvimento dos acolhidos. Além disso, a participação nesses eventos ampliou ainda mais o conhecimento do estagiário sobre a política de assistência social e suas práticas, que podem potencializar a promoção dos direitos e da autonomia de cada acolhido. Portanto, esta atividade está alinhada com o item 5.1.2 do POC, que descreve a promoção do desenvolvimento dos moradores como sujeitos de direitos, através de processos de emancipação, inclusão social e autonomia.

Finalmente, o estagiário também participou de reuniões e discussões da equipe técnica, conforme o item 5.1.2, que descreve as atividades da equipe na elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e o Ministério Público em casos de tutela dos moradores, bem como na preparação para o desligamento dos acolhidos da Residência Inclusiva.

Ao analisar estas atividades com a Lei de Regulamentação da profissão (Lei n.º 8.662/1993), observamos que durante o estágio acadêmico obrigatório e supervisionado na Residência Inclusiva, o estagiário desempenhou atividades alinhadas com as competências e atribuições do (a) assistente social conforme a referida lei. Entre essas atividades, destacamos as que seguem.

Leitura e organização de prontuários e elaboração de relatórios e do dossiê de estágio, além da caracterização institucional, que estão relacionados com o Art. 4º, referente a competências, incisos III e VII, pois estas atividades auxiliam nos encaminhamentos das demandas apresentadas no cotidiano dos acolhidos e subsidiam as ações, uma vez que permitem o conhecimento e análise da realidade.

> III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
> VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais (CFESS, 2019, p. 31).

Além disso, o estagiário colaborou em reuniões da equipe técnica e discussões de caso na Residência, organização de documentos e preparação de históricos pessoais, atividades que estão em conformidade com o Art. 4º, inciso I. “I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares” (CFESS, 2019, p. 31).

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

Portanto, as atividades desenvolvidas durante o estágio estão relacionadas às atribuições dos (as) assistentes sociais previstas no Artigo 4º da Lei n.º 8.662/1993. Ademais, observamos que as atividades do estágio também estão relacionadas com as atribuições privativas deste profissional. A leitura e organização de prontuários, bem como a elaboração de relatórios e dossiês, escuta qualificada, visitas domiciliares e hospitalares, elaboração de projetos de intervenção e acompanhamento social estão associadas às competências profissionais do Art. 5º, inciso I e IV:

> I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social.
> IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social (CFESS, 2019, p. 32).

O bloco de orientação e supervisão não está previsto no POC, mas se configura como uma atribuição privativa do assistente social, conforme o Art. 5º, inciso VI:

“VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social” (CFESS, 2019, p. 32).

Apesar do Código de Ética do Assistente Social não ter sido objeto da análise, salientamos que para relacionar as atribuições do (a) assistente social na Residência Inclusiva, conforme descrito no POC, é essencial destacar os princípios fundamentais do Código de Ética do Assistente Social (2019). O referido Código enfatiza a "liberdade como valor ético central, com foco em autonomia e emancipação" (CFESS, 2019, p. 15), que deve ser refletido nas ações da equipe técnica. Além disso, o Código promove o "posicionamento em favor da equidade e justiça social" (CFESS, 2019, p. 15) e o "compromisso com a qualidade dos serviços e o aprimoramento profissional" (CFESS, 2019, p. 16). Especificamente, o Art. 1º destaca o respeito à dignidade humana e aos direitos sociais. O Art. 2º aborda a autonomia dos usuários, responsabilidade profissional, ética e transparência, respeito às diversidades, interdisciplinaridade e gestão ética de recursos. O Art. 3º promove a participação social, e o Art. 4º garante a confidencialidade das informações (CFESS, 2019). Esses princípios garantem uma base sólida para a prática ética e a qualidade no atendimento da Residência Inclusiva.

Além disso, de acordo com o artigo 2º, inciso "c" do Código de Ética do

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

(a) Assistente Social, que dispõe sobre os direitos e as responsabilidades gerais do assistente social, o profissional tem o direito de participar na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, bem como na formulação e implementação de programas sociais (CFESS, 2019, p. 17).

Portanto, a análise documental do POC permitiu identificar a atuação profissional do assistente social na Residência Inclusiva e, a partir da análise das atividades desenvolvidas no estágio, relacionar essa atuação com a Lei da Regulamentação (Lei nº 8.662/1993) do (a) assistente social. Neste sentido, observamos uma consonância da atuação profissional do Serviço Social na Residência Inclusiva com a Lei de Regulamentação da profissão e as atividades descritas no POC.

Através da nossa análise, observamos que a atuação do (a) assistente social em uma equipe interdisciplinar apresenta diversas potencialidades. A análise revelou que o (a) assistente social participa amplamente de todo o processo, desde o acolhimento inicial até o atendimento contínuo dos acolhidos, facilitando o encaminhamento aos serviços socioassistenciais. Apesar de o POC indicar as mesmas funções para o (a) assistente social e o (a) psicólogo (a) dentro da equipe técnica, observamos durante o estágio obrigatório que o assistente social, de forma individualizada e com o apoio do estagiário em Serviço Social, desenvolve atribuições privativas, conforme exposto na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), especialmente no Art. 4º e 5º, que define as competências e atribuições privativas do (a) assistente social. Também observamos potencialidade na atuação interdisciplinar diante da complexidade das demandas apresentadas na Residência Inclusiva. Esta atuação com outros profissionais de outras áreas permite que o assistente social evidencie a importância da sua intervenção profissional no âmbito da matéria de Serviço Social.

Em relação aos desafios verificamos a falta de especificidade da atuação profissional do serviço social no Plano de Organização do Cotidiano (POC). Ou seja, não estão definidas quais são as atribuições privativas do assistente social na equipe técnica da Residência Inclusiva. Dessa maneira, é necessário elaborar um Plano de Trabalho do (a) assistente social que evidencie suas atribuições e competências na Residência Inclusiva para evitar que a atuação profissional fique escamoteada no trabalho interdisciplinar, quando na realidade há demandas específicas e privativas para o profissional de serviço social.

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo caracterizar a atuação do (a) assistente social na Residência Inclusiva de Foz do Iguaçu. Para explorar esse aspecto, realizamos revisão bibliográfica para compreender a política de assistência social, a proteção social especial de alta complexidade, a Residência Inclusiva e a atuação profissional do (a) assistente social na Assistência Social. Realizamos uma abordagem qualitativa no percurso metodológico, análise documental e consideramos a observação participante do pesquisador, que vivenciou experiências no campo de estágio. Os dados coletados permitiram alcançar os objetivos deste Trabalho de Conclusão de Curso.

O primeiro capítulo atende ao primeiro e segundo objetivo específico de explicitar a trajetória histórica da Política de Assistência Social no Brasil e caracterizar a Residência Inclusiva de Foz do Iguaçu como um Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Para contextualizar essa trajetória, foi essencial compreender o percurso histórico da assistência social no Brasil, que surgiu a partir de práticas filantrópicas e caritativas até ser reconhecida como um direito social garantido pela Constituição de 1988. A análise histórica demonstrou que a Política de Assistência Social é fruto de lutas sociais e de avanços normativos que consolidaram a assistência social como um direito social. No contexto da criação da Residência Inclusiva, este é um serviço especializado voltado ao atendimento de pessoas com deficiência sem vínculo familiar ou com vínculo fragilizado, garantindo acolhimento. A conclusão deste capítulo destacou que a Residência Inclusiva é um programa de política pública e proteção integral, respondendo às demandas sociais complexas das Pessoas com Deficiência (PCD).

O Capítulo (dois) 2 e (três) 3 estão relacionados com o terceiro objetivo específico que trata sobre identificar os desafios e potencialidades da atuação profissional do Serviço Social na Residência Inclusiva de Foz do Iguaçu. Para tanto, no segundo capítulo apresentamos a atuação dos assistentes sociais na política de assistência social, fazendo uma análise sobre o conceito de trabalho e a instrumentalidade do Serviço Social, de acordo com Yolanda Guerra, Marx e Santos. A instrumentalidade do Serviço Social é composta por dimensões indissociáveis - teórico-metodológica ético-política e técnico-operativa - que direcionam a atuação profissional nas expressões da questão social. Ademais, a Lei de Regulamentação e

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

Código Ética permitem a abordagem crítica diante as expressões da questão social no cotidiano, destacando a importância da interdisciplinaridade numa equipe de trabalho. Portanto, o Capítulo 1 (um) e 2 (dois) estabelecem uma base teórica para preparar um debate sobre os desafios e potencialidades na atuação do assistente social na Residência Inclusiva.

No Capítulo (três) 3, para atingir o terceiro objetivo específico que é identificar os desafios e as potencialidades da atuação profissional do Serviço Social na Residência Inclusiva de Foz do Iguaçu, realizamos a pesquisa no Plano de Organização do Cotidiano (POC) e nas folhas de freqüência do estagiário durante seu estágio acadêmico na Residência Inclusiva. Em seguida, relacionamos o POC com as atividades realizadas durante o estágio e, posteriormente, a relação dessas atividades com a Lei de Regulamentação da profissão de assistente social, analisando-as à luz das competências e atribuições privativas do assistente social.

Entre essas atividades, destacam-se o uso de instrumentalidades como atendimento individual e em grupo, orientação social, entrevistas, visitas domiciliares e acompanhamento familiar, todas voltadas para compreender e intervir na realidade social. A escuta qualificada e as observações permitem uma compreensão integral do acolhido, enquanto os encaminhamentos e a participação em reuniões e estudos de caso facilitam o acesso a direitos. Além disso, relatórios e documentos técnicos registram e protegem informações que são sigilosas, conforme previsto no Artigo 16 do Código de Ética: “Parágrafo único - Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário” (CFESS, 2019, p.24).

Identificamos que o trabalho interdisciplinar apresenta-se como potencialidade e desafio, pois embora o trabalho conjunto seja de uma importância considerável para lidar com a complexidade das demandas, as fronteiras entre as diferentes profissões apresentam desafios e a atuação profissional pode estar diminuída apenas ao trabalho interdisciplinar quando, na verdade, há demandas específicas e privativas do profissional de serviço social. Diante disso, concluiu-se que, embora a atuação interdisciplinar fortaleça o atendimento, é necessário um esforço contínuo para assegurar que as especificidades da atuação do assistente social sejam mais visíveis e protegidas dentro do trabalho em equipe.

Neste sentido, no que se refere ao objetivo geral do trabalho, que era caracterizar a atuação do assistente social na Residência Inclusiva de Foz do

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

Iguaçu, identificamos que a atuação é construída a partir da prática interdisciplinar que pode ser potencial no atendimento às demandas, mas também apresenta desafios para a legitimação do trabalho do assistente social na Residência Inclusiva, uma vez que atuação do (a) assistente social é essencial na execução da Política de Assistência Social, na promoção dos direitos sociais e na construção de estratégias de intervenção que garantem o acesso a serviços essenciais para os usuários desse serviço.

Portanto, identificou-se que alguns aspectos da atuação do assistente social ainda necessitam de maior reconhecimento institucional, especialmente no que diz respeito às suas atribuições privativas. A ausência de uma delimitação clara dessas funções no POC sugere a necessidade de revisões e aprimoramentos no documento, de modo a garantir que o trabalho do assistente social seja garantido e protegido. Portanto, além das conclusões já obtidas, este trabalho abre caminho para futuras investigações. Um ponto que merece destaque é a necessidade de se investigar mais profundamente os desafios das atribuições privativas do assistente social no contexto do trabalho interdisciplinar.

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

REFERÊNCIAS:

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e história.** 9. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

BRASIL. **Cartilha Perguntas e Respostas: Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiências em Residência Inclusiva**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014.

BRASIL. Lei nº 8.743, de 23 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1993. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.html.> Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL. Leinº 12.435, de 6 de julho de 2011. **Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06jul. 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm>. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Orientações sobre o Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência em Residências Inclusivas: Perguntas e Respostas,** 2014. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_residencias_inclusivas_perguntas_respostas_maio2016.pdf>.Acesso em: 10. abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. **Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.html>. Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS**. Brasília, DF, 2012. União, Brasília, DF, 7 jul. 2011. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/public./NOBSUAS_2012.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Brasília, DF, 2009. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdfl>. Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política**

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2024.

CFESS. **CARTILHA ESTÁGIO SUPERVISIONADO.** Meia formação não garante o direito, o que você precisa saber sobre supervisão direta de Serviço Social. Brasília, DF: CFESS, 2011.

CFESS. **Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na política de assistência social**. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília: CFESS, 2011. 38 p.

COUTO, Berenice Rojas ET al. **O sistema único de assistência social no Brasil: uma realidade em movimento.** 4. Ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2014. 327p
CNAS - **Conselho Nacional de Assistência Social. Caderno de Orientação da Residência Inclusiva**. Brasília: CNAS, 2014.

DE CARVALHO, F. A. **"O Serviço Social e a Interdisciplinaridade"**. *Revista Diálogos: IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: Domínio Epistemológico*, 2012. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rdl/article/view/3915>. Acesso em: 13 set. 2024.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadores). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

EIDELWEIN, Karen. **Psicologia Social e Serviço Social: uma relação interdisciplinar na direção da produção de conhecimento.** *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 298–313, 2007. Disponível em:<https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/2320>. Acesso em: 19 set. 2024.

ELY, Regina. **Serviço Social e Interdisciplinaridade**. *Revista Katálysis*, vol. 6, n. 1, pp. 113-117, 2003. Disponível em:<https://www.redalyc.org/pdf/1796/179618281013.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

Ferreira, S, da Silva. **NOB-RH Anotada e Comentada** – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social**. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 62, São Paulo: Cortez, 2000. p. 5-33.

MINAYO, Maria Cecília de Souza**. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 8. Ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MOTA, A. E. **A centralidade da assistência social na seguridade social brasileira nos anos 2000. In: o mito da Assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade.** 4. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social.** 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16

ONU Brasil. **People with Disabilities**. Brasília: ONU Brasil, 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-07/UN_Position_Paper-People_with_Disabilities.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2024.

PIERRE V, Max Henry Junior. **Dossiê de estágio em serviço social.** Dossiê não publicado. Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), 2022.

SIMÕESC. **Curso de direito do serviço social**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SPOSATI, Aldaíza ET al. **Assistência Social na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise.** 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, Cláudia Mônica. **A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social**. *Revista Conexão Geraes*, n. 3, 2º sem. 2013. p. 25-30.

SANTOS, V. S. M. dos. **"Todo artista tem de ir aonde o povo está". O movimento político das Diretas Já no Brasil - 1983-1984. Antíteses,** [S. l.], v. 8, n. 15 esp., p. 294–315, 2015. DOI: 10.5433/1984-3356.2015v8n15espp294. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/21060>. Acesso em: 3 abr. 2024.

TEMPORALIS – **Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.** Ano 2. Nº 3 (Jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001.

Versão Final Homologada
14/10/2024 12:16